

GT12: EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS
COORD: Prof^a. Dr^a. MARIA JOSÉ DE REZENDE
DEBATEDOR: Prof^o. MS. FÁBIO AKIRA SHISHITO
DEBATEDORA: Prof^a. Ms. MARCELA DE OLIVEIRA NUNES
SALA: 170/CCH
SESSÃO ÚNICA [MANHÃ] DIA 22/11/2013 – Das 8h20 às 12h.

EDUCAÇÃO: DIREITO BÁSICO DE BRASILEIROS E ESTRANGEIROS

Maria Grazielle Bernardi

Contato: mariagraziellebernardi@hotmail.com

Este trabalho é uma breve reflexão sobre o acesso à educação por parte de imigrantes no Brasil e as recomendações do Programa das Nações Unidas (PNUD) a esse respeito. Seu pressuposto fundamental é o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2009 (RDH). Para tanto, fez-se uma abordagem desse RDH no que tange à educação como forma de desenvolvimento humano, bem como à efetivação desse direito básico. O principal objetivo da reflexão e pesquisa realizadas é compreender como imigrantes no Brasil têm acesso a tal direito e o tipo desse acesso. A autora lança mão de pesquisa documental e bibliográfica, utilizando-se de parte de suas investigações sobre a temática e de discussões desenvolvidas no projeto Os RDHs produzidos pelo PNUD entre 2001 e 2010 e a exposição das dificuldades de cumprimentos das metas socioeconômicas denominadas ODMs, desenvolvido na Universidade Estadual de Londrina (UEL-PR). Os resultados preliminares mostram e referendam que a educação colabora para o desenvolvimento humano e que pode ser eficaz para a inserção social dos grupos imigrantes, desde que conduzidos pelo Estado e sociedade civil. As contribuições buscam atingir as Ciências Sociais e áreas afins.

Palavras chave: Imigração. Desenvolvimento Humano. Educação.

ENTRE O PROCLAMADO NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E O VIVENCIADO PELOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DO PARANÁ

Marcela de Oliveira Nunes

Contato: marcela_mon@hotmail.com

Esse artigo apresenta alguns resultados da pesquisa de mestrado O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e a Realidade da Escola Pública. Com o objetivo de avaliar a implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), no que tange as ações programáticas anunciadas em seu documento base, aplicou-se um questionário a um grupo de 118 professores atuantes na Rede Estadual de Educação do Paraná e que estavam, no ano de 2012, participando do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE/PR. Os resultados indicam que as ações anunciadas pela

política em questão, relativas à educação formal, como: estimular junto aos profissionais da educação a reflexão teórico-metodológica acerca da educação em direitos humanos e inserir a educação em direitos humanos nos processos de formação inicial e continuada não se efetivaram no Norte do Paraná. Do mesmo modo, os resultados indicam a existência de práticas de discriminação, racismo e violência no ambiente escolar que vitimizam especialmente os alunos negros, pobres e homossexuais.

Palavras chave: PNEDH. Educação em direitos humanos. Professores.

REGULAMENTAÇÕES JURÍDICAS: COMO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 TRATA AS DIVERSIDADES SOCIOCULTURAIS E O COMBATE EDUCACIONAL ÀS DESIGUALDADES

Maria Grazielle Bernardi

Contato: mariagraziellebernardi@hotmail.com

Claudinei Carlos Spirandelli

Contato: spirandelli@uel.br

O objeto do artigo é a regulamentação constitucional na educação brasileira. A problemática levantada discute as formas como são postas e discutidas as questões referentes às desigualdades e diversidades socioculturais na educação escolar pela atual Constituição Federal (CF) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Para tanto, fez-se uma breve abordagem histórica da educação no país; depois, foram abordados, sucintamente, os dispositivos legais que tratam das referidas matérias. O principal objetivo do texto é compreender de que maneira são normatizadas a desigualdade e a diversidade. Os autores lançam mão da pesquisa bibliográfica e documental, utilizando-se de investigações sociológicas (por parte de um deles) em marcos teóricos compreensivos; do outro autor, foram utilizadas pesquisas de TCC de especialização em ensino. Os resultados preliminares mostraram uma tendência a se acreditar que a CF e a LDB teriam conseguido regulamentar essas matérias. O trabalho aqui apresentado é restrito e as contribuições buscam atingir as Ciências Sociais e as Ciências Sociais Aplicadas.

Palavras chave: Desigualdade. Diversidades socioculturais. Direito à educação.

A ANÁLISE DE LIVROS DIDÁTICOS E O PAPEL DA SOCIOLOGIA BRASILEIRA: OFICINAS SOBRE GILBERTO FREYRE

Franciele Rodrigues

Contato: r_franciele@hotmail.com

Maria Letícia Grecchi Pizzi

Contato: leticiapizzi@hotmail.com

Simone Maria Boeira

Contato: simone.mb@sercomtel.com.br

O presente trabalho irá discutir uma das ações pedagógicas desenvolvidas através do PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência vinculado ao departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina. Abordaremos o processo de resolução da prova específica da disciplina de Sociologia do vestibular da UEL 2012 pelo grupo de bolsistas, do subprojeto do ano de 2011, destacando-se os conteúdos de Sociologia Brasileira para posterior análise de livros didáticos da disciplina buscando apreender como esses materiais abordavam os autores e teorias do pensamento social brasileiro. Nesse sentido, após a realização dessa observação e constatando a carência de materiais didáticos que aprofundassem a temática e a aplicação de questionário para todos os alunos do Ensino Médio do Colégio de Aplicação da UEL elaboramos planos de aula e oficinas sobre Gilberto Freyre e a formação do Estado brasileiro destinada a alunos e professores da Educação Básica. Objetivamos com essa proposta contribuir para aproximação dos conteúdos da Sociologia Brasileira da realidade dos alunos e a elaboração de materiais didáticos que auxiliem os professores nas aulas de Sociologia.

Palavras chave: Oficinas. Material didático. Gilberto Freyre.

É POSSÍVEL UMA EDUCAÇÃO PARA TODOS NO BRASIL?: UMA ANÁLISE DO RELATÓRIO EPT DE 2008.

Letícia Zamprônio Salum
Contato: lesalum@hotmail.com

O presente trabalho objetiva analisar o Relatório Educação para Todos do ano de 2008 produzido pela UNESCO acerca das metas do plano de ação mundial pela Educação em relação ao Estado Brasileiro e a capacidade deste em promover o acesso a uma educação de qualidade. Observam-se, a partir do documento as práticas e as ações, sobre os avanços do Brasil nas metas propostas mundial e nacionalmente. Então, questiona-se a possibilidade do país em alcançar até 2015 as metas ao passo que se verifica a capacidade ou não das práticas e das ações já realizadas em fomentarem a Educação para Todos e, logo, o desenvolvimento humano.

Palavras chave: Educação. Políticas públicas. Desenvolvimento humano.

OS RELATÓRIOS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO: COMO O COMBATE À CORRUPÇÃO COLABORA PARA A MELHORIA DO SISTEMA EDUCACIONAL E PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO

Simone Maria Boeira
Contato: simone.mb@sercomtel.com.br

Este estudo pretende analisar as ações e as práticas de combate à corrupção sugeridas pelos Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDHs) como uma

das metas a serem atingidas pelos Estados para a melhoria do sistema educacional. Tendo em vista que as práticas de corrupção, propina, suborno, entre outras, são vistas como empecilhos para que os países utilizem de modo mais eficaz os seus recursos financeiros na educação. Essa discussão será norteada pelas ideias de desenvolvimento humano e também dos objetivos de desenvolvimento do Milênio (ODM). Pois, são proposições que balizam as políticas sociais sugeridas pela ONU a partir de 1990. Na ótica do desenvolvimento humano o que se busca é colocar os seres humanos em primeiro lugar, assim um dos objetivos a serem alcançados é uma educação de qualidade e que beneficie a toda sociedade o que, segundo os relatórios, colabora para que todos os indivíduos desenvolvam melhor as suas capacidades e habilidades. O método de investigação consistirá em pesquisa documental e bibliográfica que possibilite o entendimento sobre a temática proposta.

Palavras chave: Educação. Corrupção. Desenvolvimento Humano.

ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI E O DIREITO À EDUCAÇÃO

Lais de Oliveira Souza
Contato: laisoliveirasouza@gmail.com

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, o segmento infanto-juvenil passa a ser considerado como sujeito de direitos, sendo dever do Estado, família e sociedade civil, garantir com absoluta prioridade o direito à educação, saúde, cultura, esporte, profissionalização etc. Assim, estas normativas apresentam avanços significativos, principalmente ao adolescente em conflito com a lei. No entanto, na atualidade observa-se que estes avanços constitucionais não têm garantido de fato a efetivação destes direitos. Nesta perspectiva, o presente trabalho vislumbra uma reflexão acerca do direito à educação, bem como o perfil do adolescente em conflito com a lei, no Estado do Paraná. Para a realização desta pesquisa, utilizou-se a metodologia qualitativa, a partir de levantamento bibliográfico acerca da temática. A contribuição deste trabalho está em ampliar o debate sobre o direito à educação para o adolescente em conflito com a lei, bem como suscitar o debate sobre os limites e possibilidades do direito à educação para este segmento.

Palavras chave: Educação. Adolescente em conflito com a lei. Direito.

LITERATURA POPULAR: ORALIDADE E INFORMAÇÃO

Raimunda de Brito Batista
Contato: raimundajoao@gmail.com

São inúmeras as instituições brasileiras que adotaram em suas bibliotecas acervos da literatura popular. Entre outras temos os seguintes: UFC –

Universidade Federal do Ceará, UFPB – Universidade Federal de Paraíba, UFPE – Universidade Federal de Pernambuco, Fundação Casa Rui Barbosa (R.J), Museu do Folclore (RJ), USP, UNICAMP, Biblioteca Nacional (RJ), Universidade de Poitiers (França), Universidade de Tóquio (Japão), entre outras. A necessidade de criar e organizar grupos de pesquisa em literatura popular, que se destinarão às mais variadas áreas do conhecimento científico tais como educação, história, ciências sociais, letras, saúde, Arquivologia, biblioteconomia, entre outros, nos fez ver a importância de elaborar um projeto na Universidade Estadual de Londrina (UEL), com o intuito de desenvolver formas de preservação dos folhetos de cordel reunidos no acervo da Biblioteca Central (BC) da UEL. Essa organização obedece aos seguintes objetivos: promover o acesso do acervo enquanto fonte de pesquisa; utilizar a Literatura de Cordel como canal de comunicação entre a UEL e demais instituições acadêmicas; elaborar projetos de pesquisa junto aos estudantes; divulgar o acervo através de eventos, seminários, congressos. O Projeto vem sendo disseminado por meio de encontros em seminários e eventos. Paralelamente coordena a criação do Grupo de Amigos do Cordel, com pessoas e pesquisadores interessadas no assunto, além de manter um programa na rádio Universidade, intitulado “Tempo de Cordel”. A efetivação do Grupo dá-se através de encontros regulares dos pesquisadores envolvidos visando à discussão de estratégias de estudo, de divulgação e de uso da linguagem dessa modalidade de literatura popular, incluída a coleção da BC. O grupo de pesquisa do projeto reúne-se semanalmente a fim de dirimir dúvidas e organizar as etapas de finalização do trabalho. Realiza também seminários bio-bibliográficos com os estudantes envolvidos. Pretendemos, com esse projeto, criar mecanismos que facilitem a pesquisa e divulgação do acervo da BC, buscando incentivar pesquisadores e difundir essa modalidade de pesquisa nos meios acadêmicos e afins.

Palavras chave: Oralidade. Literatura popular. Grupo de Amigos do Cordel.

O IMAGINÁRIO E A LITERATURA DE CORDEL

Raimunda de Brito Batista
Contato: raimundajoao@gmail.com

As pesquisas sobre a chamada Literatura de Cordel são inúmeras, com objetivos vários e funções específicas. Essa modalidade de poesia oral, que se transforma em literatura no seu sentido estrito, tem sua base no nordeste brasileiro e já foi fecundamente estudada, gerando artigos científicos, monografias, ensaios e teses variadas. Ao contrário do que expressam outros estudiosos e pesquisadores, considero correta a expressão “literatura oral”, largamente usada pelos pesquisadores quando se referem à literatura de cordel. Esse modelo literário e poético tem no seu nascedouro a forma oral e até mesmo musical. É comum, no nordeste brasileiro, “cantar-se” o verso de cordel; mas essa cantoria é imediatamente transformada em texto poético escrito, o que justifica a sua condição de literatura. Além da oralidade a literatura de cordel possui na sua diversidade temática o compromisso com o imaginário. Cada cultura, cada sociedade possui o seu imaginário e o limite

entre o real e o imaginário varia. Isso aparece no desejo que todo ser possui de conhecer outras terras, outras culturas e de encontrar explicações para alguns acontecimentos obscuros, singulares, como a morte, o envelhecimento, entre outros. Por imaginário entendemos todo o conjunto de representações que ultrapassam as experiências reais. Inúmeros estudiosos e pesquisadores vão dedicar suas investigações a esse tema. Desde sempre o homem busca descobrir suas origens, novos lugares, explicação para os sonhos e para os seus desejos. A história das mentalidades, que tem como precursores Marc Bloch e Lucien Febvre nos estudos sobre o imaginário medieval confirma o interesse pelo assunto.

Palavras chave: Literatura de Cordel. Imaginário. Cultura.